11 A 13
DE DEZEMBRO
DE 2024

EVENTO PRESENCIAL
NA UFRPE RECIFE

2º Congresso Internacional de Agroecologia
e Desenvolvimento Territorial (CIADT)
11º Seminário de Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial (SEADT)

TEMA

Agroecologia política, sistemas alimentares e transições agroecológicas

UNIVASF UNEB APOIO CAPES

Produção Agroecológica e Segurança Alimentar: Uma Associação Possível

Cristiane de Souza Castro, Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: crscastro@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5127157667007758>. ORCID: 0009-0007-7018-7762.

Angela das Chagas Teles, Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: angelita.teles@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5287223969188127>. ORCID: 0009-0008-4867-9151.

Vanessa Maria Santiago da Silva, Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: vanessasantiago@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8080279232352856>. ORCID: 0009-0004-6769-5502

Linha de Pesquisa: Identidade Cultural e Territorialidade

1 Introdução

No mundo atual, mais de 2 bilhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar em uma proporção que vai do nível moderado a grave, segundo o relatório: “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI)”, publicado em 2023. Esse cenário acende uma luz para a necessidade da discussão do modelo convencional de agricultura e sua ineficácia no atendimento às necessidades básicas alimentares.

As práticas da agricultura convencional – com uso indiscriminado de agrotóxicos, degradação do solo, contaminação dos recursos hídricos, prejuízos à fauna e à flora aquáticas entre outros danos – já apresentam sinais de que é urgente uma mudança de postura do ser humano perante a natureza em busca de um modelo sustentável de técnicas agrícolas e que possa garantir a segurança alimentar. Dessa forma, a Agroecologia desponta como uma possibilidade de tentar reverter esse quadro, além de ser um modelo de produção de alimentos saudáveis no sentido de suprir as necessidades alimentares e nutricionais da sociedade.

Nessa direção, o presente resumo objetiva discutir a dimensão da Agroecologia na perspectiva da promoção da segurança alimentar, ressaltando a necessidade de uma mudança de paradigma com base na transição agroecológica, ressaltando a transição agroecológica como uma possível solução para o atendimento das necessidades básicas alimentares da sociedade.

2 Referencial teórico

Garantir a segurança alimentar da população mundial segue sendo um dos grandes desafios da humanidade. Segundo dados do relatório: “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI)”, em 2023, cerca de 2,3 bilhões de pessoas enfrentam, no mundo, níveis moderados a graves de insegurança alimentar (Fao; Ifad; Unicef; Wfp and Who, 2024), o que expõe um acentuado cenário de desigualdade de acesso a um direito básico, a alimentação, assegurado, inclusive, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

Como consequência, em pleno século XXI, a sociedade mundial assiste a um contexto de carência de oferta de alimentação (assim como oferta de alimentos de baixa qualidade nutricional e contaminados por agrotóxicos), impossibilitando que uma camada expressiva da população ainda não tenha acesso à segurança alimentar e nutricional. Segundo dados da Rede de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, no Brasil, em 2022, 33 milhões de pessoas viviam em condições graves de insegurança alimentar, pessoas sem acesso a alimentos adequados e necessários para as suas necessidades básicas (Brasil, 2022).

Na década de 1980, Josué de Castro trazia à baila o tema da fome, segundo ele, considerado um dos tabus de nossa civilização e que não despertava a atenção de grandes nações. A ausência de reflexão acerca dessa temática devia aos “... interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental” (Castro, 1984, p. 19).

Segundo Castro (1984, p. 20), essa postura tornou “... a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente” uma vez que o que estava no centro do interesse do imperialismo econômico e do comércio internacional era a concepção da produção de alimentos como fenômeno exclusivamente de natureza econômica. Dessa forma, nessa perspectiva, para essas nações imperialistas, a produção de alimentos não era um tema relacionado à saúde pública, em uma época em que dois terços da humanidade viviam em situação de estado permanente de fome (Castro, 1984).

Shiva (2017) chama a atenção para o fato de que o bem-estar do planeta, a qualidade da saúde de seus habitantes e a estabilidade das sociedades sofrem uma grande ameaça por parte da agricultura globalizada e industrial, que se pauta na avareza e na rentabilidade. A autora

considera que a comida se constitui hoje como um grande problema mundial de saúde pública: milhões de pessoas são vítimas da fome e da desnutrição, dois milhões sofrem de doenças, como a obesidade, a diabetes e o câncer, causado pelo consumo de agrotóxicos (Shiva, 2017).

A falta de acesso à alimentação de boa qualidade nutricional reverbera em importantes áreas da vida em sociedade, como a educação e a saúde, comprometendo o bem-estar das pessoas. No que tange à saúde, Linderman, Oliveira e Mendonza-Sassi (2016) apontam que dados científicos têm apresentado uma progressão de acometimento de doenças não transmissíveis devido a diversos fatores, um deles à má alimentação, ressaltando a importância do consumo de alimentos saudáveis e nutritivos.

Segundo Valente (2003), o tema do combate à fome, no início dos anos 2000, no Brasil, configurou-se como uma prioridade central, levando esse tema para esferas política, acadêmica, técnica e operacional. O autor pontua que, a partir da criação da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida¹, no início dos anos 1990, um amplo debate relacionado ao combate à exclusão social no contexto da promoção da cidadania e dos direitos humanos iniciou-se de maneira significativa (Valente, 2003).

Saath e Fachinello (2018, p. 196) revelam que “... o problema de insegurança alimentar existente hoje é proveniente da impossibilidade das classes mais pobres de terem acesso aos alimentos necessários para uma alimentação saudável e balanceada”. Segundo os autores, com a perspectiva das projeções de crescimento populacional, com o crescimento das cidades e “...das restrições no uso de terra nas próximas décadas fazem mais presente o debate sobre a incapacidade de atender às necessidades humanas por alimentos” (Saath; Fachinello, 2018, p. 196).

No sentido de garantir o acesso da população a uma alimentação saudável, assim livre de agrotóxicos, e de atender ao direito básico de acesso a uma alimentação de boa qualidade e saudável, a produção de alimentos de base agroecológica assume um papel primordial. Tal importância se deve ao fato de que a Agroecologia se mostra como uma prática viável e sustentável, no sentido de viabilizar uma relação equilibrada entre a necessidade de produzir alimentos saudáveis, de garantir a segurança alimentar e de preservar o meio ambiente.

¹ Ação idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, formando uma imensa rede de mobilização de alcance nacional para ajudar 32 milhões de brasileiros que, segundo dados do Ipea, estavam abaixo da linha da pobreza. Disponível em: <https://www.acaocidadania.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 10 out. 2024.

3 Metodologia

Este resumo apresenta o resultado de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa documental. A busca pelo aporte teórico se deu a partir de base de dados científicos, como o Google Acadêmico e a biblioteca digital de periódicos científicos Scielo. Quanto à pesquisa bibliográfica, Gil (2002) afirma que é desenvolvida “... com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). Assim, a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183), “... abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo (...) e tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”.

No que se refere à pesquisa documental, tem como base materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou “... que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 55).

Dessa forma, foram consultadas fontes acadêmicas, como artigos científicos, cujos/as autores/as abordam temas que perpassam esta pesquisa, como segurança alimentar e princípios da Agroecologia. Como base, contou-se com autores/as, como Valente (2002, 2003), Caporal (2009), Altieri (2004, 2022), Nicholls-Estrada e Altieri (2018) Padovan; Campolin (2011), Linderman, Oliveira e Mendonza-Sassi (2016), Shiva (2017), Mier y Terán *et al* (2018), assim como recorreremos à legislação vigente, a exemplo de Brasil (2022).

4 Resultados e Discussão

Com uma população mundial estimada em mais de 8 bilhões de pessoas, segundo o relatório “*World Population Prospects 2022*”, elaborado pela Organização das Nações Unidas, produzir alimentação com boa qualidade nutritiva e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade do planeta parece ser um obstáculo imenso a ser superado. O modelo convencional de produção agrícola já demonstra não conseguir garantir que a população tenha segurança alimentar, haja vista as mais de 2 bilhões de pessoas a quem esse direito humano é negado.

Altieri (2004, p. 23) afirma que o uso de uma abordagem de base agroecológica “... incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos”. A diminuição do uso de produtos químicos - ou, até mesmo, a renúncia ao uso deles – implica a produção de alimentos mais saudáveis à mesa das pessoas.

Produzir agroecologicamente é assumir uma postura de reconhecimento de que o ser humano é parte da natureza e esta precisa ser concebida não como a fonte de extração de recursos, mas como parte constituinte da vida humana. Desse ponto, surge uma reflexão em torno da necessidade do respeito ao meio ambiente e do cuidado com ele, ressaltando que “Sem o cuidado essencial, o encaixe do amor não ocorre, não se conserva, não se expande nem permite a consorciação entre os seres” e, nessa perspectiva, “... sem o cuidado não há atmosfera que propicie o florescimento daquilo que verdadeiramente humaniza: o sentimento profundo, a vontade de partilha e a busca do amor (Boff, 2014, p. 127-128).

Essa discussão sobre o cuidado com a natureza é urgente, sobretudo quando se fala em uso de agrotóxicos nas produções agrícolas. Esses compostos químicos fazem parte da realidade brasileira, desde a década de 1960, ganhando impulso na década seguinte, devido à instituição do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), o qual relacionava a utilização dessas substâncias à concessão de créditos (Lopes; Albuquerque, 2018).

Diante desse panorama, fica evidente a urgência em repensar a forma como se produz o alimento na intenção de viabilizar um processo produtivo que não cause danos à saúde dos indivíduos, assim como não comprometa a vida marinha, os solos e a qualidade do ar. Nessa direção, a Agroecologia desponta como um modelo de agricultura que possibilita a transição em direção a modelos ambientalmente saudáveis e socialmente justos (Altieri, 2022).

No entanto, para que haja esse processo de transição de produção convencional para a agroecológica, é fundamental que o Estado possibilite aos/às produtoras rurais o acesso a políticas públicas que visem ao escalonamento da Agroecologia (Altieri, 2002; Ranaboldo; Venegas, 2008; Nicholls; Altieri, 2018). Sobre este, configura-se como um “... processo que leva a um número cada vez maior de famílias a praticar a Agroecologia em áreas geográficas mais amplas e que envolve mais pessoas no processamento, distribuição e consumo de alimentos produzidos agroecologicamente” (Mier; Terán *et al.*, 2018), que tem o objetivo de promover a ampliação dos sistemas agroalimentares no âmbito das agropaisagens, propiciando o compartilhamento das experiências agroecológicas dispersas em vários territórios (Altieri, 2022).

Uma iniciativa nesse sentido é o que Muñoz (2005) denomina como Faróis Agroecológicos, centros demonstrativos agroecológicos localizados em comunidades campesinas. Nestas se compartilham conhecimentos técnicos e processos agroecológicos com a finalidade de orientar os produtores rurais locais em direção a modelos agrários mais sustentáveis.

A relevância em ampliar essas experiências se justifica pela necessidade urgente de promover a segurança alimentar da população, além de compreender a efetividade das práticas agroecológicas nesse intento. Para Shiva (2017), a Agroecologia se apresenta como um sistema que respeita os ciclos da natureza e que possibilita a renovação, a reprodução e a diversidade, é a base da sustentabilidade e garante a produção de alimentos para o mundo.

O modelo agroecológico tem como base a reciclagem da matéria orgânica, devolvendo, assim, os nutrientes ao solo, como também garante o equilíbrio ecológico e o controle biológico das pragas, sem a necessidade de utilização dos pesticidas, e emprega a policultura como alternativa de diversidade de produção de alimentos (Shiva, 2017). Ademais, na percepção da autora, são os pequenos agricultores que garantem a produção de alimentos em larga escala e ela defende que “Com menos de 30% da terra cultivável do mundo, os pequenos agricultores obtêm 70% do alimento que se come na terra. O agronegócio, por outro extremo, utiliza uns 70% da terra disponível para produzir apenas 30% do que se come” (Shiva, 2017, p. 105).

Para que as práticas agroecológicas possam ser disseminadas no meio rural, principalmente, para que o/a pequeno/a agricultor/a compreenda a dimensão da Agroecologia na perspectiva de produção de alimentos saudáveis, diversos com a possibilidade de promover a segurança alimentar, é necessário que ele/a tenha acesso aos princípios básicos desse paradigma de agricultura. Nesse sentido, é necessário o apoio da extensão rural, a viabilidade do acesso às políticas públicas, assim como a garantia do acesso à terra, por meio de uma reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de realizar a distribuição de terras para que estas cumpram sua função social.

Com a adesão aos princípios da Agroecologia, o que se busca é uma mudança no sistema de manejo com a finalidade de proporcionar melhorias em processos produtivos, na qualidade de vida e no meio ambiente (Padovan; Campolin, 2011). Dessa forma, muda-se, também, a forma como se compreende a relação do homem com a natureza e com a sociedade, com o outro e se começa a pensar em processos de produção que não degradam os bens naturais (fauna, flora, solo, recursos hídricos), garantindo, assim, a permanência e a sucessão no campo e o aumento de produção de alimentos saudáveis para a população (Padovan; Campolin, 2011).

Esse processo de transição agroecológica demanda, fundamentalmente, disposição para conhecer o novo, para trocar experiências com produtores/as que já iniciaram essa transição, paciência para respeitar o tempo da natureza, o tempo que ela precisa para se recuperar dos possíveis danos causados pelo modelo convencional (Caporal, 2009). Trata-se, então, de um esforço rumo à mudança de atitude perante o meio ambiente, mudança esta que, significativamente, poderá mudar o rumo da história da humanidade, garantindo a regeneração

da biodiversidade e a possibilidade de saciar a fome que assola o mundo, a possibilidade de ser “o prato fundo pra toda a fome que há no mundo” (Baleiro, 2000).

5 Conclusões

A humanidade ainda enfrenta um enorme desafio de equalizar as suas necessidades alimentares e nutricionais e a forma como produz os alimentos. Estes, para que possam atender às necessidades básicas do indivíduo e para que sejam, de fato, fontes seguras de matéria e de energia e, assim, garantam as funções vitais das pessoas, precisam ser produzidos de maneira que todo o seu processo seja concebido com o compromisso na qualidade e na preocupação de acessibilidade a todos/as, assim como de maneira sustentável e responsável.

Nesse sentido, é urgente uma reflexão profunda acerca do modelo convencional e hegemônico de agricultura tanto quanto à sua ineficiência em responder a essa demanda de produção de alimento, como à sua forma de atuação no meio ambiente, provocando degradação dos bens naturais e comprometendo a fauna e a flora e a vida humana no planeta. Em vista disso, a ampliação das práticas agroecológicas pode assumir um papel preponderante na busca do equilíbrio ambiental e da promoção da segurança alimentar da população.

Para isso, é preciso que o ser humano assuma uma mudança de comportamento ao interagir com o meio em que vive com o objetivo de vislumbrar condições propícias de vida para a sua geração e para as vindouras. Isso implica repensar a forma como os alimentos são produzidos e as consequências de uma agricultura agressiva e poluente, dando espaço para considerar a transição agroecológica como uma alternativa viável de garantia de vida no planeta.

6 Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Propuesta metodológica para evaluar el escalamiento de iniciativas agroecológicas**. Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas - Celia y Red de Agricultura Ecológica del Perú – Rae Perú. <https://raeperu.org>, 2022.

BALEIRO, Zeca. **Quase nada**. Rio de Janeiro: MZA music: 2000. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/zeca-baleiro/49391/>. Acesso em: 25 out. 2024.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano - compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL, **Plano Nacional Brasil sem Fome**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2022.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms**. Rome, 2024. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/06e0ef30-24e0-4c37-887a-8caf5a641616/content>. Acesso em: 24 out. 2024.

GIL, Carlos Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

LINDEMANN, Ivana Loraine; OLIVEIRA, Riceli Rodeghiero; MENDONZA-SASSI, Raúl Andres. Dificuldades para alimentação saudável entre usuários da atenção básica em saúde e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(2):599-610, 2016.

LOPES, Carla Vanessa Alves; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 518-534, abr-jun 2018.

MARCONI; Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIER Y TERÁN, Mateo *et al.* Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases. **Agroecology and Sustainable Food Systems**. 2018. DOI: 10.1080/21683565.2018.1443313. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323674686_Bringing_agroecology_to_scale_key_drivers_and_emblematic_cases. Acesso em: 29 out. 2024.

MUÑOZ, E. *et al.* **Contribución de los faros agroecológicos como base demostrativa de los sistemas agrarios sostenibles**. Instituto de Ciencia Animal, La Habana – Cuba. Estación experimental de pastos y forrajes de Las Tunas, 2005.

NICHOLLS-ESTRADA, Clara; ALTIERI, Miguel. **Caminos para la amplificación de la Agroecología**. Boletín Científico 1. CELIA Ediciones. Medellín, Colombia, 2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque, ONU, 1948. Disponível em: <http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm>. Acesso em: 10 out. 2024.

PADOVAN, Milton Parron; CAMPOLIN, Aldalgiza Inês. **Caminhos para mudanças de processos e práticas rumo à Agroecologia**. Dourados, MS: Embrapa Agropecuária Oeste, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANABOLDO, Claudia; VENEGAS, Carlos. **Escalonando la agroecología procesos y aprendizajes de cuatro experiencias en Chile, Cuba, Honduras y Perú.** Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo. México, 2008.

SAATH, Kleverton Clovis de Oliveira; FACHINELLO, Arlei Luiz. Crescimento da Demanda Mundial de Alimentos e Restrições do Fator Terra no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 56, Nº 02, p. 195-212, Abr./Jun. 2018 – Impressa em Julho de 2018.

SHIVA, Vandana. **¿Quién alimenta realmente al mundo?** El fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología. Madrid: Capitán Swing, 2017.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade** v.12, n.1, p.51-60, jan-jun 2003.